



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 11, Issue, 07, pp. 48625-48629, July, 2021

<https://doi.org/10.37118/ijdr.22155.07.2021>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

O SUS NA PERSPECTIVA DA POPULAÇÃO DE MINAS GERAIS

Jose Rodrigo da Silva*¹, Larissa Lopes Batista², Mateus Henrique dos Santos², Luís Paulo de Souza e Souza³, Jennifer Lucas Silva⁴, Lucas Pinheiro Silva⁴, Raiane Karolaine da Silva⁴, Vivieni Mary Faria de Oliveira⁴, Pablo Gustavo Oliveira Silva⁵, Dejanir José Campos Júnior⁶, Simone Catarina Silva Archanjo⁶, Mauro Sérgio Rafael Archanjo⁷

¹Professor Assistente do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Vale do Rio Verde (UninCor), campus Betim. Brasil; ²Enfermeiro (a) Graduado pela Universidade Vale do Rio Verde; ³ Professor Adjunto do Curso de Graduação em Medicina do Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Professor do Programa de Pós-graduação (PPG) em Ciências da Saúde da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e do PPG em Cuidado Primário em Saúde da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Brasil; ⁴Acadêmicos do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Vale do Rio Verde (UninCor), campus Betim. Brasil; ⁵Acadêmico do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte. Brasil; ⁶Professor da Universidade Vale do Rio Verde (UninCor), campus Betim. Brasil; ⁷Mestre em Matemática pela Universidade Vale do Rio Verde (UninCor). Brasil

ARTICLE INFO

Article History:

Received 11th April, 2021

Received in revised form

19th May, 2021

Accepted 20th June, 2021

Published online 25th July, 2021

Key Words:

Sistema Único de Saúde, Saúde Pública, População, Serviços de Saúde.

*Corresponding author:

Jose Rodrigo da Silva

ABSTRACT

Em 1986, durante a 8^a Conferência Nacional de Saúde ergueu-se o Sistema Único de Saúde (SUS) e suas bases que preza o saber relacionado a visão da sociedade sobre os serviços oferecidos, importante para o investimento de melhorias nos setores criticados e aprimoramento da divulgação dos serviços disponíveis. O projeto objetiva apurar o conhecimento da população a respeito do SUS e seus serviços. Desenvolveu-se um questionário por meio do Google Formulários e posteriormente, encaminhado a 54 pessoas entre vários municípios do estado de Minas Gerais. O público-alvo foi definido aleatoriamente com faixa etária, gênero e escolaridade variados. Os resultados foram representados através de gráficos reproduzidos pela própria plataforma do Google, os quais mostraram que 48% dos entrevistados não possuem plano de saúde privado, apenas 11% da amostra respondeu que usam o SUS o tempo todo, outros 11% afirmam não fazer uso em momento algum e 35% usam raramente. Aqueles que reconheceram a importância do SUS em seu dia a dia totalizam 56%. Diante disso, vê-se uma fatia expressiva que desconhecem a dimensão do Sistema Único de Saúde e suas áreas de atuação, possibilitando identificar uma deficiência na divulgação de que a realização de serviços básicos são atividades desenvolvidas pelo SUS.

Copyright © 2021, Jose Rodrigo da Silva et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Jose Rodrigo da Silva, Larissa Lopes Batista, Mateus Henrique dos Santos, Luís Paulo de Souza e Souza et al. "O sus na perspectiva da população de minas gerais", *International Journal of Development Research*, 11, (07), 48625-48629.

INTRODUCTION

O Sistema Único de Saúde (SUS) e suas bases tiveram origem no ano de 1986 durante a 8^a Conferência Nacional de Saúde. Além disso, em 1988 foi instituído na Constituição Brasileira com o objetivo de oferecer a todos os cidadãos um serviço de saúde universal, integral e de forma gratuita (Paim, 2015). Pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o SUS é regulamentado pela Lei nº 8.080, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, seus objetivos e ações. E pela Lei nº 8.142 que rege o funcionamento do SUS a respeito da participação da

comunidade no serviço de saúde e das ações de transferências de recursos financeiros (Brasil, 1988). O artigo nº 196 da Constituição Brasileira, estabelece que a saúde é um direito da população e é dever do estado garantir a todos os brasileiros por meio do SUS de acordo com suas necessidades. As ações e serviços do SUS são norteados a partir de três princípios: universalidade [garantia de acesso de todos ao serviço de saúde, independente de suas características pessoais ou sociais]; equidade [fundamenta-se através da pressuposição que nenhuma pessoa é igual à outra, assim entende-se que suas necessidades são diferentes, então cabe ao estado investir mais onde a carência é maior]; e o princípio da integralidade [considera o indivíduo como um todo, por isso o SUS desenvolve ações de

maneira integrada, agindo na promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos a saúde, tratamento de doenças e reabilitação]. Para garantir os princípios do SUS, os usuários podem fazer uso de serviços do setor privado em algumas ocasiões, em caráter complementar (Ministério da Saúde, 2017). Conforme o Ministério da Saúde (2017), além dos princípios norteadores, o SUS possui três princípios organizativos: regionalização e hierarquização, descentralização e comando único e a participação popular. A participação da população no serviço de saúde é realizada através da realização de conferências de saúde e conselhos que se destinam a criação de estratégias, no controle e na avaliação de políticas públicas. Para que a população participe de forma efetiva é necessário que haja conhecimento sobre o SUS de maneira absoluta, assim ela estará ciente de seus direitos e deveres, podendo contribuir para fiscalização e melhoria do serviço. O Brasil é um país com o território extremamente grande e um dos mais populosos do mundo, possuindo atualmente cerca de 211 milhões segundo o IBGE. Uma pesquisa realizada em 2018 pela chamada Conferência Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) mostra que 70% dos brasileiros não possuem plano de saúde privado, número que é ainda maior entre as classes C, D e E onde o número chega a 77% dos brasileiros. O SUS tem como objetivo garantir a saúde para todos os brasileiros, porém, muitos usuários desconhecem as áreas de atuação do SUS, discursando constantemente que não fazem uso do serviço de saúde. Contudo, mesmo não frequentando Unidade Básica de Saúde (UBS) e Unidade de Pronto Atendimento (UPA) contam algum momento da vida com o serviço da vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, saúde do trabalhador e assistência terapêutica integral inclusive farmacêutica (Conferência Nacional de Dirigentes Lojistas [CNDL], 2017). A presente pesquisa foi norteada pela seguinte indagação: “Qual o conhecimento da população a respeito do SUS e de suas atribuições?”. Desse modo, objetivou-se pesquisar sobre o conhecimento da população a respeito do serviço de saúde pública e sobre a atuação do SUS no seu dia a dia, traçando o perfil dessa população.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma monografia, que segundo Marconi e Lakatos (2003) é uma modalidade de estudo podendo ser sobre um tema específico com considerável valor representativo e obedecendo um modo de metodologia sistemática. Entretanto, Mesquita (2011) conceitua monografia do ponto de vista metodológico, como “um trabalho que trata de um único tema (mono), apresentado por escrito (grafia), contemplando um assunto de natureza científica.” A pesquisa é classificada como descritiva, que de acordo com Triviños (1987) é um tipo de pesquisa que tem como objetivo descrever fatos e acontecimentos de determinada circunstância, dessa forma demanda do pesquisador diversas informações sobre o que deseja pesquisar. A forma de abordagem se caracteriza como quali-quantitativa e tem como técnica a análise de conteúdo. Para Bardin (2006), análise de conteúdo é “o agrupamento de técnicas de análise das comunicações, que são usados procedimentos sistemáticos e objetos de descrição de conteúdo”. O objetivo é a conclusão de conhecimentos relacionados as condições de produção, que se torna indicadores, podendo ser quantitativos ou qualitativos. O estudo contou com 54 pessoas de diversas faixas etárias, escolhidos de maneira aleatória. Vale ressaltar que para manter a privacidade e sigilo da pesquisa, todos aqueles que concordaram em participar não foram identificados. Precedendo a realização da coleta de dados, os pesquisadores aplicaram um estudo piloto com os alunos de uma universidade localizada em uma cidade da região metropolitana de Belo Horizonte/MG. De acordo com Canhota e Silva (2018) a importância de conduzir um estudo piloto está na possibilidade de testar, avaliar, revisar e aprimorar os instrumentos e procedimentos de pesquisa. Após aplicação do estudo piloto, foi desenvolvido o questionário final para aplicabilidade da pesquisa. O instrumento de coleta foi em forma de um questionário semiestruturado desenvolvido pelos autores da pesquisa, contendo 4 perguntas em caráter objetivo, onde foram apresentadas quatro alternativas sobre o conhecimento do cidadão a respeito do SUS e 3 perguntas discursivas, sendo solicitado que o respondente transcreva um pequeno texto falando sobre o seu conhecimento e experiência na

rede pública de saúde. A coleta dos dados com o público de estudo ocorreu no mês de outubro de 2020 de forma remota pela plataforma Google Formulários, escolhida com objetivo de respeitar todas as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) quanto ao cenário de pandemia ocasionada pela Covid-19. Os pesquisadores foram previamente orientados, a fim de conduzir o método corretamente sem interferir na execução da coleta. Após o recebimento das respostas foi enviado aos participantes uma cartilha com orientações relacionadas aos serviços do SUS com a finalidade de orientar e disseminar informações confiáveis. Posteriormente, os dados quantitativos foram tabulados e os qualitativos divididos em categorias de acordo com a resposta obtida.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Previamente, foi elaborado um mini perfil dos participantes tendo como objetivo enfatizar a idade, cidade, gênero e nível de escolaridade dos mesmos. Nesse sentido, participaram da pesquisa 54 pessoas, com idades entre 20 e 62 anos, média de 36 anos, que residem em diferentes cidades estado de Minas Gerais, como mostra o Gráfico 1. O Gráfico 2 evidencia que o número de entrevistados do gênero feminino foi maior que o masculino.

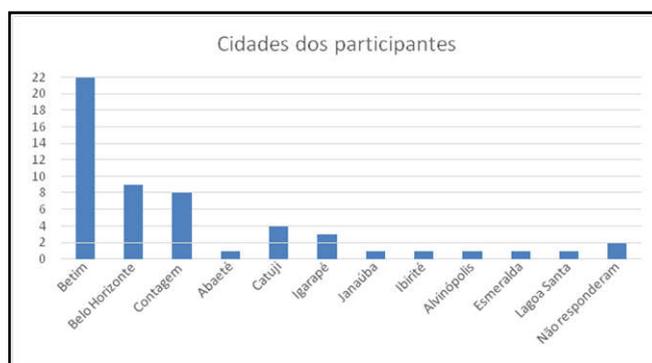


Gráfico 1. Cidades de residência

Segundo o censo de 2010, dos 2.375.151 habitantes, 1.113.513 são do sexo masculino (46,8) e 1.261.638 são do sexo feminino (53,2), ou seja, a presente amostra está em consenso com os dados do município. A amostra apresentou nível médio de escolaridade, já que mais da metade dos entrevistados havia completado o ensino médio conforme evidência o Gráfico 3.

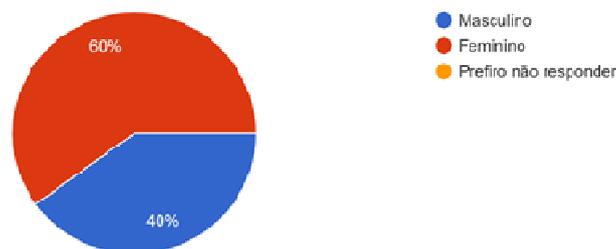
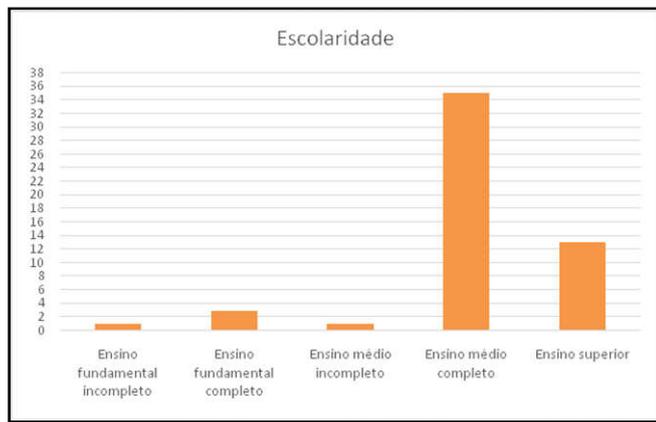


Gráfico 2. Gênero

O Gráfico 4 revela que metade dos entrevistados (48%) não possuem plano de saúde privado. Além disso, ao observar a situação atual do Brasil de crise econômica, social e política é inquestionável que são inumeráveis os desafios na luta pelo direito à saúde no país (Souza et al. 2019). Campos (2018), aponta que 54% dos gastos em saúde são do setor privado e que esse setor atende apenas 25% da população. Já o setor público, o SUS, se responsabiliza por 75% da população e também realiza serviços que ampara toda a sociedade, no entanto, conta com apenas 46% dos recursos. Apenas 11% da amostra relatou utilizar o SUS o tempo todo, em diversas situações, como consultas de rotina, atendimento, cirurgias, emergências e internação, 6% utilizam sempre que precisa, 11% dos entrevistados acreditam não fazer uso, 35% usam raramente e 37% alega fazer uso somente quando está doente, conforme representado no Gráfico 5.



Fonte 3. Pesquisa feita pelos acadêmicos do 10º período de enfermagem/ 2º semestre 2020



Gráfico 4. Plano de saúde3



4Fonte: Pesquisa feita pelos acadêmicos do 10º período de enfermagem/ 2º semestre 2020

Gráfico 5. Frequência do uso do SUS

A pesquisa aponta que mais da metade dos entrevistados acreditam usufruir pouco dos serviços ofertados pelo SUS, mas ao fazer uma análise entre os serviços de saúde, Souza et al. (2019) revela que a expectativa de vida dos brasileiros aumentou, alterando de 68,4 anos, em 1990, para 75,2 anos, em 2016. Além disso, as taxas de mortalidade geral diminuíram em 34%, havendo também a redução da mortalidade infantil motivada por programas como Bolsa Família e pela Estratégia Saúde da Família (ESF), oferecida na Atenção Primária (AP). Quando se trata das doenças transmissíveis, é citado a expansão das ações de vigilância, controle e prevenção, causando a redução da morbimortalidade, particularmente das doenças imunopreveníveis. Conforme os autores, em relação aos serviços de saúde, houve ampliação da rede pública, predominantemente das UBS, promovendo maior acesso a consultas médicas e decréscimo de internações. Quando se refere à proteção da saúde, os mesmos autores, afirmam melhor as práticas do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), apesar de perdurar impasses de manejos com as grandes corporações, como as de alimentos, tabaco e

agrotóxicos, pois tem relação com fatores de risco associados a doenças crônicas. Por fim, reconhecem que “os avanços no SUS e em políticas sociais, somados a melhorias econômicas, confluíram para melhorar a saúde dos brasileiros” (Souza et al. 2019).



Fonte: Pesquisa feita pelos acadêmicos do 10º período de enfermagem/ 2º semestre 2020

Gráfico 6. Importância do SUS diaadia

O Gráfico 6 indica que 56% da amostra alega que o SUS é muito importante para o seu diaadia, 15% acreditam que é importante para realizar consultas médicas, 17% veem como pouco importante, 5% alegam que não é importante, pois não atende as suas necessidades e 7% acham que não é importante, pois não fazem uso. O SUS é de extrema importância, pois é por meio dele que se garante o direito a saúde, o Art. 7º da lei nº 8080, decreta que as ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o SUS devem obedecer aos princípios da universalidade de acesso aos serviços de saúde, integralidade e igualdade da assistência à saúde, direito à informação, utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, participação popular, descentralização político-administrativa, integração das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico. Ao avaliar os serviços ofertados pelo SUS, 15% dos entrevistados o classificaram como muito bom, 28% como bom, 42% regular, 13% acreditam ser ruim e 2% péssimo, o que demonstrou a insatisfação dos usuários (Gráfico 7). No Brasil, atualmente é utilizado o Programa Nacional de Avaliação dos Serviços de Saúde (PNASS) para avaliar de maneira total todo o serviço de saúde oferecido e a instituição pública (Ministério da Saúde, 2015). No ano de 2015, por meio da portaria GM/MS nº 28, de janeiro de 2015 foi reformulado o PNASS. Para uma boa execução do serviço de saúde é necessário uma revisão constante de todo o caminho percorrido, para que isto ocorra, a avaliação dos serviços e ações realizados é de extrema importância para realizar uma prestação de boa qualidade. A avaliação da eficiência, eficácia e efetividade das estruturas, juntamente dos resultados, análise dos riscos e a satisfação dos usuários junto aos serviços prestados, se torna uma ferramenta fundamental para o planejamento e aperfeiçoamento do serviço de saúde (Ministério da Saúde, 2015). Foi solicitado que o participante descrevesse em quais áreas os serviços do SUS estão presentes. As respostas foram agrupadas em três categorias e listadas as falas mais representativas. Na primeira categoria serviços de promoção, prevenção e proteção à saúde, para 51,8%, a mais citada, estão incluídas respostas que abordaram aspectos como os serviços de saúde, vigilância sanitária, vacinação, cirurgias e saneamento básico.

Algumas respostas encontradas foram: “Em todas relacionadas à saúde do indivíduo/coletivo (envolvendo as definições de saúde da OMS). Desde uma consulta, a vacinações e a atendimentos mais complexos (como cirurgias), inclusive atendimento a indivíduos neuro-divergentes”; “na regulação de medicamentos, na fiscalização da água potável, na permissão de estabelecimento alimentício”; “posto de saúde, UPA, saneamento básico, alimentação, vigilância sanitária”. Na segunda categoria, somente consultas (14,8%), estão incluídas respostas como “Nas consultas de emergências e urgências”;

“Área da saúde, como odontológico, ginecologista, clínico e pediatria” e “Consultas de rotinas, exames, um especialista, como ortopedista... para uma emergência.” E na terceira categoria estão presentes respostas que não condizem com a pergunta ou não possuem respostas (33,4%).

Como você avalia os serviços do SUS?



Fonte Pesquisa feita pelos acadêmicos do 10º período de enfermagem/ 2º semestre 2020

Gráfico 7. Avaliação dos serviços do SUS

Durante a 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986), o conceito de saúde sofreu alterações, que antes era entendida como “o estado de não doença” e passou a ser entendida e relacionada com a qualidade de vida da população (composta por requisitos como alimentação, trabalho, nível de renda, ambiente, educação, saneamento básico, vigilância sanitária, farmacologia, moradia, dentre outros.). Também houve a criação da Constituição Brasileira de 1988, estabelecendo por meio do artigo nº 196 os princípios e diretrizes que determinam a saúde como direito de todo se dever do estado (Garcia & Yasui, 2018). É através do Sistema Único de Saúde que a execução desse direito se faz presente, as ações do sistema são diversas e abrangem o controle de qualidade da água potável na fiscalização de alimentos pela da Vigilância Sanitária nos supermercados, lanchonetes e restaurantes, na regularidade dos aeroportos e rodoviárias, até mesmo nas especificações de vendas de medicamentos, campanhas de vacinação, doação de sangue ou leite materno (por meio de Bancos de Leite Humano), que ocorrem ao longo do ano. Diversos procedimentos médicos de baixa, média e alta complexidades são feitos pelo SUS, como quimioterapia, transplante de órgãos, entre outros (Caiafa, 2019). Na última pergunta foi solicitado que os entrevistados descrevessem o que o SUS representa para eles.

Grande parte da amostra totalizando um quantitativo de 75,9%, reconhece o SUS como um serviço essencial e positivo, foram encontradas falas como: “O SUS é minha vida”; “Direito ao acesso integral da saúde”; “(...) Se o SUS verdadeiramente saísse do papel, seria a grande revolução na saúde pública do Brasil e com certeza exemplo para o resto do mundo!!! Viva o SUS, Viva a Ciência!!!”; “Para mim é um avanço na democracia, pois ele é universal e deve atender a todos, o que na história de nosso país elitista é uma grande conquista, porém infelizmente algumas áreas carecem de atenção, seja administrativa ou em outro fator, pois o atendimento em todos os postos não possui excelência em alguns parâmetros específicos, como a espera e o fornecimento de insumos (possivelmente devido ao alto volume de usuários).”; “Garantia da promoção de Saúde biológica, mental e social para a população brasileira.” Nota-se que os dados da amostra corroboram com a literatura, uma vez que Gontijo et al. (2020) e Campos (2018) também acreditam que o SUS é a representação concreta de uma história de luta pelo direito à saúde, à assistência universal, integral e com equidade à população, sem limitações. Afirmam ainda que é necessário falar sobre o SUS, discutir sobre essa utopia e acreditar que a possibilidade de levar saúde para todos seja possível.

CONCLUSÃO

Na situação atual do Brasil, é evidente cada vez mais a importância do SUS na vida da população em geral. Através desta pesquisa buscamos analisar qual é o conhecimento da população a respeito do SUS e seus serviços. Diante do exposto foi possível observar que uma grande fatia da população não está ciente desta importância, tendo um número significativo da população entrevistada que não considera o SUS importante no seu dia a dia. Além disso, alguns dos pesquisados até afirmaram não fazerem uso do serviço público de saúde. Traçando o perfil da população, observou-se que apesar da grande maioria possuir ensino médio ou superior, há uma falta de conhecimento sobre o SUS. Um equívoco comum entre os entrevistados é acreditar que o sistema está presente somente na assistência médica oferecida pelo governo, através das UPAs e ESFs, porém, o SUS abrange muito mais, permitindo que a população utilize os serviços de maneira desconhecida. É válido ressaltar que mesmo possuindo planos de saúde particulares, a população conta com todos os serviços de forma totalmente gratuita e involuntária. Percebe-se que há uma grande necessidade da busca pelo conhecimento sobre o SUS e onde ele está presente, pois uma vez que a sociedade provém do saber, estando inteiradas sobre a abrangência do SUS, suas diretrizes, obrigações e deveres, ela se torna uma população mais preparada para reivindicar os seus direitos, atuar de forma participativa, contribuindo para ampliar e melhorar cada vez mais o serviço. Com as informações obtidas através da pesquisa vemos além das críticas relacionadas a alguns setores, uma carência de informações a respeito do serviço, onde a população não recebe informações sobre serviços que tem a disposição, além dos serviços que já usam e não sabem que estes são serviços oferecidos pelo SUS.

REFERÊNCIAS

- Bardin, L. 2006. Análise de conteúdo (L. de A. REGO & A. PINHEIRO, Trans.). Lisboa: Edições, 70.
- Brasil, & Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass). 2011. *Legislação Estruturante do SUS*.
- Brasil, S. F. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico.
- Caiafa, R. 2019. #SUS: Conheça os serviços do Sistema Único de Saúde, que está completando 31 anos. Recuperado de: <http://blog.saude.mg.gov.br/2019/09/19/sus-conheca-os-servicos-do-sistema-unico-de-saude-que-esta-completando-31-anos/>
- Campos, G. W. D. S. 2018. A defesa do SUS depende do avanço da reforma sanitária. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 22(64), 5-8.
- Campos, G. W. D. S. 2018. SUS: o que e como fazer?. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23, 1707-1714.
- Canhota, C., & Silva, E. E. (2008). Investigação passo a passo: perguntas e respostas para investigação clínica. Lisboa: APMCG.
- Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas. 2018. 70% dos brasileiros não possuem plano de saúde particular, mostram SPC Brasil e CNDL [Internet]. Recuperado de: <http://site.cndl.org.br/70-dos-brasileiros-nao-possuem-plano-de-saude-particular-mostram-spc-brasil-e-cndl/>
- De Souza, R. 2002. O sistema público de saúde brasileiro. *Ministério da saúde*.
- Garcia Junior, C. A. S., & Yasui, S. 2018. Reflexões sobre a formação para o SUS e sua articulação com a pesquisa e a in (ter) venção nos cenários das práticas e dos serviços. *Interação psicol.*
- Gontijo, M. D., Viegas, S. M. D. F., Freitas, A. T. S., Maia, A. F. D. F., Nitschke, R. G., & Nabarro, M. 2020. Atuação cotidiana no Sistema Único de Saúde em sua terceira década. *Escola Anna Nery*, 24(4).
- Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm

- Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.* Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm
- Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993.* Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm
- Marconi, M. D. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed.-São Paulo: Atlas.
- Mesquita, T. C. 2011. Manual de elaboração e apresentação de trabalhos científicos. *Revista e atualizada. Fortaleza: Fa7.*
- Ministério da Saúde. 2003. *O SUS pode ser seu melhor plano de saúde* - 2. ed., 3.^a reimpressão [Internet]. Recuperado de: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_plano_saude.pdf
- Ministério da Saúde. 2017. *Princípios do SUS*. Recuperado de: <https://www.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude/principios-do-sus>
- Ministério da Saúde. (2015). PNASS: Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde.
- Portaria nº 1.378, de 9 de julho de 2013.* Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília, DF. Recuperado de: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt1378_09_07_2013.html
- Paim, J. S. 2015. *O que é o SUS*. Recuperado de: <http://www.livrosinterativoseditora.fiocruz.br/sus/>
- Souza, L. E. P. F. D., Paim, J. S., Teixeira, C. F., Bahia, L., Guimarães, R., Almeida-Filho, N. D., & Azevedo-e-Silva, G. (2019). Os desafios atuais da luta pelo direito universal à saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24, 2783-2792.
- Triviños, A. N. 1987. Introdução à pesquisa em ciências sociais. *A pesquisa*, 133.
